XIV - realizar avaliações periódicas do desempenho dos Consultores Jurídicos e Procuradores Autárquicos e Fundacionais, remetendo as conclusões, devidamente fundamentadas, para conhecimento e decisão do Procurador-Geral do Estado; e

XV - exercer outras atribuições previstas em lei e neste regulamento.

§ 1º No exercício de suas atribuições, em especial as de natureza decisória, a Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação (CPMA) atenderá aos princípios constitucionais da Administração Pública.

§ 2º A Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação (CPMA) aplicará medidas de orientação ou recomendação em casos de condutas irregulares de pequena monta, preferencialmente reversíveis e que não impliquem prejuízos significativos ao Estado e ao serviço.

§ 3º Para fins de aplicação de medida de orientação ou recomendação, as infrações poderão ser classificadas como leves e médias.

§ 4º A critério da Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação (CPMA), à vista de condutas de maior gravidade, aplicam-se diretamente as normas previstas na Lei Estadual nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994, quando as condutas poderão ser classificadas consoante os critérios legais. Art. 4º Qualquer pessoa devidamente identificada poderá representar à Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação (CPMA), por escrito ou por meio eletrônico, contra abuso, omissão ou qualquer outra irregularidade funcional atribuída aos Procuradores Autárquicos e Fundacionais e aos Consultores Jurídicos.

CAPÍTULO IV DA COMPOSIÇÃO

Art. 5º A Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação (CPMA) será composta por 5 (cinco) membros, da seguinte forma:

I - Corregedor-Geral da Procuradoria-Geral do Estado (CGPGE), na qualidade de membro nato e Presidente do colegiado, com direito a voto de desempate;

II - 2 (dois) membros eleitos pelos Consultores Jurídicos, entre integrantes de seu quadro suplementar, com direito a voto; e

III - 2 (dois) membros eleitos pelos Procuradores Autárquicos e Fundacionais, entre integrantes de seu quadro suplementar, com direito a voto.

§ 1º Os membros eleitos da Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação (CPMA) terão mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.

§ 2º Ao Corregedor-Geral da Procuradoria-Geral do Estado (CGPGE) compete dirigir os trabalhos da Comissão, convocando reuniões ordinárias e extraordinárias, nos termos de resolução do colegiado.

§ 3º A Comissão será auxiliada por uma Secretaria vinculada ao Corregedor-Geral da Procuradoria-Geral do Estado (CGPGE).

CAPÍTULO V DA ELEIÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 6º Em até 90 (noventa) dias antes do término do mandato, os membros da Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação (CPMA) devem manifestar ausência de interesse na recondução a suas respectivas funções.

§ 1º Caso algum membro da Comissão não se manifeste no prazo estabelecido no caput, seu silêncio será considerado como concordância com a recondução.

§ 2º Havendo renúncia ao direito de recondução, o Membro-Presidente deverá convocar novas eleições nos termos do art. 8º desta Resolução, especificamente para ocupar a função a ser preenchida.

Art. 7º Havendo necessidade de eleger novo(s) membro(s), o Procurador-Geral do Estado publicará ato específico convocando eleições para a composição da Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação (CPMA).

§ 1º No ato convocatório, será constituída a Comissão Eleitoral, formada pelo Corregedor-Geral da Procuradoria Geral do Estado (PGE), que a presidirá, bem como por um Consultor Jurídico do Estado e um Procurador Autárquico e Fundacional.

§ 2º No prazo de 5 (cinco) dias úteis, a Comissão Eleitoral publicará o edital de abertura do processo eleitoral para escolha do(s) novo(s) membros(s) da Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação (CPMA), com mandato(s) para o biênio subsequente.

§ 3º O edital de abertura do processo eleitoral deverá definir o rito procedimental a ser observado durante a eleição, podendo o escrutínio ser realizado em plataforma eletrônica, desde que garantido o sigilo da votação, sendo vedada a composição de chapas ao pleito.

§ 4º Fica assegurado o direito a recurso da decisão que indeferir a inscrição do candidato, o qual será exercido em 5 (cinco) dias úteis, conforme previsão do edital.

CAPÍTULO VI DAS ATRIBUIÇÕES DO MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 8º São atribuições do Membro-Presidente da Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação (CPMA):

I - representar, interna e externamente, a Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação (CPMA);

II - orientar e fiscalizar os membros da Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação (CPMA) no cumprimento de seus deveres e no desempenho de suas atribuições;

III - presidir os trabalhos nas reuniões;

IV - convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias, de ofício ou por proposta da maioria dos membros da Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação (CPMA), podendo utilizar o e-mail institucional ou grupo de troca de mensagens por aplicativo;

V - estabelecer a ordem do dia a ser observada em cada reunião;

VI - manter a ordem nas reuniões, podendo suspender ou encerrar a sessão, caso haja excessos ou infringência às disposições deste Regimento;

VII - quando necessário, tornar sigilosa a reunião e determinar, no momento oportuno, que se restaure a publicidade;

VIII - requerer às autoridades ou repartições públicas documentos ou informações indispensáveis à deliberação da Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação (CPMA), podendo delegar esta atribuição a qualquer dos membros;

IX - distribuir os processos entre os membros da Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação (CPMA), na forma prevista neste Regimento Interno e relatá-los, de acordo com a ordem da distribuição;

X - instaurar procedimento prévio, de ofício ou por provocação do Procurador-Geral do Estado;

XI - proferir voto nos processos em trâmite na Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação (CPMA), que será considerado voto de qualidade, caso necessário, para o fim de desempate;

XII - designar um ou mais membros para proceder à averiguação prevista no inciso XIII do art. 3º deste Regimento Interno; e

XIII - exercer outras atribuições previstas em lei ou neste regulamento.

§ 1º A convocação de que trata a parte final do inciso IV deste artigo deverá ocorrer no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas, a partir da ciência da provocação.

§ 2º O Membro-Presidente, em caso de ausência eventual ou impedimento por prazo inferior a 60 (sessenta) dias, será substituído pelo membro titular mais antigo no cargo da advocacia pública.

Art. 9º Aos membros da Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação (CPMA), compete:

I - auxiliar na orientação e fiscalização das atividades funcionais e conduta dos Consultores Jurídicos e Procuradores Autárquicos e Fundacionais;

II - auxiliar na elaboração de resoluções e regulamentos gerais;

III - participar de inspeções ordinárias e extraordinárias;

IV - auxiliar na elaboração dos relatórios previstos nos incisos III, IV e IX do art. 3º deste Regimento Interno;

V - atuar na redação de representações recebidas sobre a atuação funcional dos Consultores Jurídicos e Procuradores Autárquicos e Fundacionais, e também em procedimentos prévios de competência da Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação (CPMA);

VI - proceder às avaliações técnicas e funcionais periódicas dos Consultores Jurídicos e Procuradores Autárquicos e Fundacionais;

VII - sugerir ao Procurador-Geral do Estado a instauração de Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar (PAD), nos termos do inciso X do art. 3º deste Regimento.

VIII - participar das decisões colegiadas da Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação, mediante o exercício do direito ao voto; e

IX - desempenhar outras atribuições que lhe sejam conferidas por lei ou regulamento.

CAPÍTULO VII DAS ATRIBUIÇÕES DA SECRETARIA

Art. 10. À Secretaria compete:

I - providenciar, junto ao Membro-Presidente, a inclusão na pauta de reunião, de petições ou quaisquer documentos dirigidos à Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação (CPMA) ou a quaisquer de seus membros;

II - manter e zelar pela organização da correspondência e dos arquivos da Secretaria da Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação (CPMA);

III - providenciar as publicações, notificações dos atos da Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação (CPMA) e expedir sua correspondência;

IV - encaminhar convocação para reunião extraordinária, por proposta da maioria dos membros, caso não seja realizado pelo Membro-Presidente do ato a que se refere o § 1º do art. 8º deste Regimento Interno;

V - fazer a juntada de documentos aos respectivos autos;

VI - lavrar as atas das reuniões da Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação (CPMA); e

VII - desempenhar outras atribuições inerentes a sua função.

§ 1º A Secretaria da Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação (CPMA) será desempenhada preferencialmente por um servidor do órgão especialmente designado para a função.

§ 2º As notificações de que trata este Regimento Interno poderão ser encaminhadas por via eletrônica, devendo a Secretaria juntar cópia da mensagem aos autos, assim como do comprovante de seu recebimento.

§ 3º Decorrido o prazo de 48 (quarenta e oito) horas sem que o notificado tenha confirmado o recebimento da notificação encaminhada por via eletrônica, o Membro-Presidente adotará outros meios possíveis de comunicação, tais como, mensagens de celular, ligações telefônicas ou mesmo tentativa de notificação pessoal, e, em seguida, certificará nos autos respectivos as diligências realizadas na tentativa de assegurar ao notificado a ampla defesa e o contraditório.

CAPÍTULO VIII DO FUNCIONAMENTO

Art. 11. A Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação (CPMA) reunir-se-á:

I - ordinariamente, preferencialmente, a cada quinzena, em dia e hora previamente designada pelo Membro-Presidente da comissão, a ser divulgada por via eletrônica; ou

II - extraordinariamente, quando convocada pelo Membro-Presidente ou pela maioria dos membros, para apreciação de matérias relevantes e inadmissíveis.

Art. 12. As reuniões da Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação (CPMA) serão públicas e terão data e hora divulgadas, no mínimo, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.

§ 1º As reuniões da Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação (CPMA) serão sigilosas quando houver deliberação sobre procedimento prévio e aplicação de medidas de orientação ou recomendação ou em outros casos, a critério do Membro-Presidente, admitindo-se apenas a presença dos interessados e de seus advogados ou apenas destes.

§ 2º As pautas conterão apenas os números dos processos na Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação (CPMA) que serão objeto de discussão ou julgamento.